

Bresser tem poucas alternativas

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — Ao anunciar que tentará vencer o PMDB, o governo e toda sociedade brasileira sobre a conveniência da assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o ministro da Fazenda sabia que estava enfrentando um dos maiores teste de sua carreira política. Luís Carlos Bresser Pereira é um membro orgulhoso do partido cujos líderes repetiram cansativamente "FMI nunca mais". Que pode ter levado o ministro a liderar uma campanha a fim de que os brasileiros mudem de idéia agora?

Desde quase sua fundação, nos fins da década de 1940, o FMI é uma instituição impopular na América Latina. Sua imagem, sempre ligada à austeridade nas despesas públicas, não melhorou no início desta década. Em novembro de 1982, logo depois de uma campanha eleitoral em que manteve discreto silêncio sobre suas intenções, o governo Figueiredo bateu às portas daquela instituição e acabou assinando oito cartas de intenção com o FMI. Por recomendação do Fundo Monetário, o governo teve que adotar forte disciplina interna e mudar suas prioridades a fim de conciliar o pagamento dos credores externos com o recebimento de bilhões de dólares em novos empréstimos do próprio FMI, dos bancos privados estrangeiros e do Banco Mundial.

É a mesma necessidade de recursos externos para facilitar o crescimento econômico do país que está empurrando o Brasil de novo para a rua 19 em Washington, onde fica a sede imponente do Fundo.

William Cline, um especialista em desenvolvimento econômico e dívida, explica que, se o país tivesse os recursos internos suficientes para empregar todos os que buscam trabalho, para importar tudo o que a agricultura e a indústria precisam para continuar produzindo e aumentando sua eficiência, os empréstimos e investimentos estrangeiros não seriam necessários. "O problema é que todos sabem que o Brasil não tem suficientes recursos internos e precisa usar os que foram acumulados no exterior", diz ele.

Mas em vez de atrair empréstimos e investimentos estrangeiros, o Brasil os está espantando com uma moratória nos pagamentos dos juros devidos aos bancos estrangeiros. Diante

das pressões negativas que estão sendo geradas contra a moratória, Bresser Pereira disse, na sexta-feira: "Não podemos continuar brigando com o sistema financeiro internacional",

Desde que os bancos estrangeiros fecharam suas portas aos empréstimos voluntários para o país, o Brasil tem poucas possibilidades de acesso a novas fontes de financiamento. No Banco Mundial seria possível conseguir cerca de 2 bilhões de dólares anuais mas isso é quase tudo, atualmente. Se não adotar uma política mais conciliatória em relação ao sistema financeiro, os principais doadores de recursos para o Banco Mundial (que são os países industrializados, especialmente Estados Unidos, Japão, França, Canadá, Itália) fecharão essa última porta. Esses países estão insistindo para que o Brasil faça um acordo com o FMI.

A única fonte nova e substancial que está se abrindo agora é o Fundo de Desenvolvimento criado pelo governo japonês, que poderá chegar a 30 bilhões de dólares. Segundo sondagens iniciais, o Brasil poderia conseguir até 1 bilhão de dólares em novos créditos por ano desse fundo. Mas os japoneses deixaram claro que só poderão beneficiar-se países em desenvolvimento que se disponham a um acordo com o FMI.

Outra fonte tradicional e igualmente importante são os órgãos de financiamento de exportações dos países industrializados, conhecidos como o Clube de Paris. O Brasil suspendeu por 18 meses seus pagamentos a esses bancos, voltou a pagar a partir de junho do ano passado e, no início deste ano, conseguiu um reescalonamento de suas dívidas sem precisar assinar um acordo prévio com o FMI. Mas um mês depois de conseguir esse acordo, o governo brasileiro decretou a moratória dos pagamentos aos bancos privados. A consequência foi que as esperanças de novos empréstimos desses organismos se desfizeram rapidamente. Hoje eles exigem um acordo com o FMI para reabrir suas portas.

Com tantas portas fechadas, Bresser Pereira só tinha duas alternativas. Renunciar aos capitais internacionais e anunciar um programa de desenvolvimento baseado apenas nos recursos internos. Mas a experiência dos países que escolheram essa alternativa nas últimas décadas não é atraente. A outra saída é restabelecer boas relações com o sistema.